

Junho de 2013: uma fronteira imprecisa, a autonomia dos significantes e a ascensão do conservadorismo brasileiro

Ana Carolina Dias Silva

Jacqueline de Oliveira Moreira

Resumo: Em junho de 2013, o Brasil protagonizou a explosão de episódios de mobilização popular ornamentadas em torno de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público. As manifestações circulavam pelo país com bandeiras diversas, articuladas em um cenário que reivindicava ser apartidário. Presenciou-se, assim, a ascensão de demandas diversas, cujas particularidades encontravam lugar no contexto de suposta horizontalidade. Nesse ínterim, vimos o questionamento da representação em relação à irrupção da vontade popular defrontar-se com a herança histórica da ditadura militar brasileira, base para a luta pelo controle da máquina partidária. Tentamos refletir como a autonomia dos significantes populares que giraram em torno de uma fronteira imprecisa nas Jornadas de 2013, conforme definição dos significantes flutuantes de Laclau, sofreu a pressão de projetos hegemônicos rivais em relação às demandas em articulação. Pensamos como o antagonismo abstrato apresentado, de certa forma, convocou a organização da ala conservadora brasileira na luta hegemônica. Aqui, a emergência de um sujeito político parece estar mais próxima de um ideal pela ordem do que de um processo emancipatório.

Palavras-chave: Junho de 2013; significantes flutuantes; hegemonia; conservadorismo.

No presente texto nos ocupamos de analisar os episódios de mobilização popular ornamentados inicialmente em torno de protestos contra o aumento das tarifas do transporte público no Brasil, que ficaram registrados como as Jornadas de Junho de 2013. Para tanto, refletimos o contexto macro-histórico-social que permeia a irrupção das manifestações populares que passaram a apresentar reivindicações diversas, cuja autonomização estava refletida no caráter difuso da insatisfação com o poder vigente. Nesse contexto, interessa-nos pensar a organização de “novos antigos” atores sociais no contexto da luta hegemônica que atravessa a emergência de sujeitos políticos.

Vejamos inicialmente como as Jornadas de Junho se localizam no contexto global de irrupção de mobilizações populares. Em *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*, Safatle (2012) analisa que as manifestações populares ocorridas na Tunísia em 2011

contra a ditadura de Ben Ali que marcaram o início da Primavera Árabe, carregavam a noção de uma “democracia por vir”. Nesse período, despontou em países árabes uma série de manifestações populares contra regimes autoritários que estavam no poder há décadas. Vimos surgir um movimento que entraria para a história como a “Primavera Árabe”, que passou a ser um marco importante de mobilizações anti-institucionais, juntamente com outros protestos que despontaram na Europa e nos Estados Unidos.

Alguns anos depois, a forte influência do levante árabe era sistematicamente comentada e trabalhada na mídia, especialmente no que diz respeito aos efeitos e consequências das mobilizações. Em 2013, o Portal BBC publicou uma matéria intitulada “Primavera árabe: Dez consequências que ninguém conseguiu prever”¹, que apontava para um “estado de tensão” no Oriente Médio. Em 2017, o El País lança matéria intitulada “Sete anos de frustração desde a eclosão da Primavera Árabe”, que traz atualizações da situação sócio-política dos principais países onde foram protagonizadas as mobilizações populares da Primavera Árabe. Todos esses desdobramentos indicavam como conflitos que abrem momentos históricos, em primeira instância, impulsionam lutas hegemônicas concorrentes, cujos resultados fazem parte de um quadro de deslocamentos contínuos das fronteiras antagônicas.

Bringel e Pleyers (2015) indicam a “importância de situar as mobilizações em diferentes coordenadas espaço-temporais”. Eles afirmam que “havia uma conexão prática e simbólica com outras escalas de ação e significação, sejam elas nacionais ou globais, marcando uma ressonância de movimentos e subjetividades, bem como dinâmicas de difusão e de retroalimentação” (p. 6-7) no que se refere às diversas mobilizações ao longo do globo a partir de 2011. Nesse contexto, interessa-nos focar no caso das mobilizações que tomaram lugar no Brasil.

Entre dezembro de 2012 e maio de 2013, onze capitais brasileiras tiveram reajustes nas tarifas do transporte coletivo. São Paulo anunciou aumento de R\$ 0,20, indicado como estando ainda abaixo do reajuste da inflação no período. Protestos ao longo do país explodiram em junho de 2013, tendo sido fortalecidos, principalmente, pelos movimentos que se iniciaram em São Paulo, com o Movimento Passe Livre erguendo-se como importante protagonista, onde a repressão policial foi marcante. Foi bastante significativo que um movimento de proposta horizontal e independente estivesse acentuadamente presente no

¹ KONOLLY, Kevin. Primavera árabe: Dez consequências que ninguém conseguiu prever. BBC News Brasil. Oriente Médio, 13 dez. 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131213_primavera_arabe_10consequencias_dg. Acesso em: 05 mar. 2019.

início dos protestos, uma vez que, como veremos, esses predicados moldaram as mobilizações de maneira geral, que se articulavam em torno de reivindicações difusas.

No discurso da mídia e dos representantes políticos havia uma bifurcação no movimento: aqueles que manifestavam de maneira pacífica sua insatisfação, e aqueles violentos, vândalos, responsáveis pela desordem e deslegitimação dos movimentos. A fala do então governador de São Paulo é exemplo evidente do início de uma dicotomização político-midiática dos movimentos:

‘Eu queria dizer todo nosso apoio para manifestação. Manifestação legítima, uma manifestação pacífica, uma manifestação ordeira. De outro lado, não é possível tolerar a ação de vândalos, de uma minoria que depreda patrimônio público e privado, que fez saques, que põe em risco a vida da população’, disse o governador. (G1, 2013, s/p.)

Rapidamente, viam-se nas ruas cartazes com pautas diversas, desde imperativos contra a corrupção, passando por reivindicações como mudanças nos sistemas de saúde, educação, até cartazes indicando a suposta falência de um sistema representativo (“não nos representam”). A configuração da ação da polícia passa a ser mais ou menos violenta, de acordo com a apresentação das mobilizações, com a presença ou não de reivindicações mais enérgicas. Pinto (2017) analisa como o deslocamento das concentrações para locais e/ou bairros de classe média alta nas manifestações dos anos seguintes, 2014 e 2015, não foi um mero detalhe, mas indicou como “o deslocamento geográfico seguiu o deslocamento discursivo” das mobilizações (p. 148). Presenciamos a ascensão de um novo tipo de militância política, conservadora e ufanista (Pinto, 2017).

Uma característica marcante de Junho de 2013 foi o apartidarismo dos movimentos, aliado a mobilizações fortemente influenciadas pelas tecnologias de informação. Logo, a chamada dispersa de diferentes insatisfações era condensada em uma sentença midiática: “#vemprarua”. A diversidade das pautas persistia: cartazes em inglês com referências negativas à realização da Copa do Mundo no país, reivindicações por intervenção militar, reivindicações da classe média contra a corrupção somavam-se ao tecido discursivo das mobilizações.

Em meio à diversidade de performances presentes nas manifestações, a mídia apropriou-se, para depreciação do movimento por um lado, de uma estratégia particularmente interessante, de tendências anárquicas, que se traduzia no ataque aos símbolos representativos do capitalismo - os *Black Blocks* (PINTO, 2017). Por outro lado, em contraposição à imagem de descrédito em relação à tal tática *Black block*, havia uma corrente de exaltação dos movimentos: “(...) bastou que a câmera focalizasse os gritos pela paz para que retomasse as rédeas imagéticas dos acontecimentos” (VIANA, 2013, p. 56).

Podemos dizer que os protestos de Junho de 2013, seguiram uma tendência global que, em última instância, dizia de movimentos que se erguiam “contra a associação entre democracia liberal e políticas de espoliação econômica potencializadas a partir da crise de 2008” (SAFATLE, 2017, p. 110). A insatisfação generalizada, ou, nas palavras de Bringel e Pleyers (2015), a “indignação difusa” que se traduzia, em junho de 2013, em protestos que eclodiram ao longo das principais capitais do país, deve ser lida não apenas a partir de uma ótica global, mas, particularmente, de uma análise do contexto nacional.

Safatle (2017) aponta para uma herança histórica na política brasileira a partir do par “oligarquia-populismo”. Quanto ao eixo oligárquico dessa equação, podemos concatenar que a partir de uma história marcada pelo estabelecimento de uma colônia de exploração baseada no tripé monocultura-escravização-latifúndio, a Proclamação da República

permitiu ao Brasil se consolidar como um país de oligarcas, com seus votos de cabresto, seus coronéis que passavam cargos públicos de pai para filho, sua gestão da inércia, da concentração de riquezas e do imobilismo social através da violência bruta contra toda emergência possível de lutas populares (p. 47).

No eixo populista que marca a política brasileira, Safatle (2017) recupera a experiência varguista de integração/convergência de diversas e antagônicas demandas populares e exigências das oligarquias descontentes, que tinha como efeito possibilitar que os conflitos fossem adiados e enganados pela gestão de avanços e recuos.

Aqui, faremos um parêntesis importante em relação ao populismo conforme a forte representação social que o termo assume no contexto brasileiro. Uma vez que nosso objeto teórico trata eminentemente de uma lógica política que ressignifica o conceito de populismo no espectro filosófico-político, entendemos que se faz necessário localizar as ressonâncias espaço-temporais do conceito, conforme apreendido no tecido discursivo brasileiro, apontando para a força que o termo assume no cotidiano. Além disso, como vimos, para pensar os efeitos das mobilizações que nos propomos analisar aqui, não podemos deixar de historicizar os movimentos políticos que permeiam esse momento de crise orgânica.

Sendo assim, importante retomar o populismo em Vargas, suas ressonâncias no estabelecimento do Lulismo, e os efeitos da luta de forças que se estabeleceu em ambos os períodos, para pensar os desdobramentos atuais do cenário político brasileiro.

Getúlio Vargas assume a presidência em 1930, em meio a um clima de agitação social contra as práticas oligárquicas e fraudulentas que reinavam na política brasileira. A expressão da vontade do povo brasileiro era uma marca do governo de Vargas, aliada ao ideal de uma gestão ordenada. Por outro lado, a classe oligárquica considerava suas ações ordeiras aliadas à uma forte retórica popular uma estratégia importante de manutenção do aparato

institucional. Sua política nacional-desenvolvimentista abarcava o investimento na proximidade com o povo - o que alimentava a soberania do Estado personificado na figura de um líder - mas também os interesses de negociantes com a concessão de subsídios e benefícios à burguesia industrial nascente. O traço mais marcante da Era Vargas é, sem dúvidas, a personificação de um líder que conta com forte apoio popular, apesar de todas as contradições que acompanharam essa característica (RASOTO, 2009). Laclau (2013) indicou em *A razão populista*, a importante virada epistemológica que a *Psicologia das massas* de Freud produziu ao introduzir a noção de libido na constituição do laço social, demonstrando uma complexidade inerente às identidades coletivas em oposição ao caráter irracional do comportamento das multidões que era exaltado por diversos teóricos. Resumidamente, o laço libidinal que se estabelece na relação entre as pessoas segue, para Freud, o caminho da identificação. A identificação é possibilitada por “ligações equivalentes, forjadas entre as pessoas como resultado de seu amor comum por um líder” (LACLAU, 2013, p. 102).

O investimento libidinal na figura de um líder foi o carro-chefe do governo no período de Vargas. Safatle (2017) atenta para como o lulismo se configurou como a “repetição de uma estratégia populista de governo de extração getulista” (p. 44). Isso significa dizer que o lulismo acabou “repetindo um modo de gestão de conflitos políticos que encontra suas raízes brasileiras na era Vargas” (SAFATLE, 2017, p. 85), tendo a figura de Lula uma força de consolidação de um líder forte, que trabalhava as conciliações de complexos conflitos sociais integrando-os ao Estado.

Mas, frente à estratégia de coalizões e alianças nos governos de Vargas e Lula, que tentaram responder a tantos diferentes “senhores”, é preciso entender que

Enquanto há espaço para crescimento, o conflito entre demandas pode ser adiado e todos têm a sensação de estarem ganhando algo. Quando o crescimento trava, a inércia cresce até a implosão do consórcio do governo. Uma implosão que, normalmente, é capitaneada pelo próprio setor oligarca, incorporado à série populista (SAFATLE, 2017, p. 50).

Assim, nos dois importantes momentos de governos brasileiros com fortes aspirações populistas, presenciamos em meio à luta entre forças dominantes na política brasileira, a conservação de interesses marcadamente oligárquicos, que se reergueram assumidamente como pólo dominante pronto a irromper uma luta hegemônica, em momentos de frustração popular.

Vimos, após o governo de Getúlio Vargas, como uma ditadura se ergue como ascensão oligárquica em aliança militar, que impõe por mais de 20 anos um regime de gestão da invisibilidade e do direito de vida e morte legitimada por aparatos institucionais, por meio de uma política sistemática de violência de Estado (SAFATLE, 2017). Décadas depois, também vimos um descontentamento com o aparato institucional do poder ser particularizado

como insatisfação com o governo do PT, fomentando o retorno dos oligarcas pela ascensão de um conservadorismo radical. Vejamos como isso se deu, tendo como indicador de emergência popular as Jornadas de Junho de 2013.

Antes, no entanto, trata-se de não negligenciar que o modelo de redemocratização brasileiro é marcado por políticas de coalizão neoliberais, que traduzem um forte ideal de reconciliação que mantém operante o par oligarquia-populismo e que tem como consequência a conservação de estruturas institucionais desiguais.

Esse é o pano de fundo, o retrato sombrio e violador em que se estrutura a organização da sociedade brasileira. Esses são os processos históricos que operam através da emergência das mobilizações populares de Junho de 2013. Como vimos, quanto à história mais recente, nota-se como a “primeira experiência de longa duração da esquerda brasileira no poder” foi também marcada pela priorização de políticas de coalizão durante o governo do Partido dos Trabalhadores - PT (SAFATLE, 2017, p. 43). A incapacidade de articulação de forças sociais emergentes, o questionamento do modelo sindicalista, aliados à política de classe conciliatória (BRINGEL; PLEYERS, 2015), traduzem fortemente uma insatisfação em diversos setores da população.

A “insurgência de indignação contra a representação, o sistema político e os políticos de maneira mais geral” (BRINGEL; PLEYERS, 2015, p. 5) deu-se a partir de mobilizações que traduziam uma força inicialmente sem comando ou sem controle. Nesse momento recente de implosão na história política brasileira, quais forças se erguem à cooptar as demandas emergentes? Safatle (2017) argumenta como o alteamento de uma força bruta que não aceitava plenamente a lógica de representações do Estado, “levou parcelas da população brasileira, depois de 2013, a reagir e abraçar de forma cada vez mais descomplexada os discursos profascistas de ordem e de justificação da violência estatal” (p. 55). Para além da leitura a respeito de tal postura social reativa, o presente trabalho tenta articular os efeitos das Jornadas de Junho de 2013 a partir da lógica política proposta por Ernesto Laclau, a respeito da constituição de identidades coletivas.

Laclau (2013) afirma que “o populismo é o caminho para se compreender algo sobre a *constituição ontológica* do político enquanto tal” (p. 115). Tirando a ênfase da imprecisão fruto de uma suposta precariedade intelectual que envolveria qualquer movimento de massa, como defendiam alguns teóricos sobre as multidões, Laclau (2013) elege a vagueza entrevista na apreensão teórico-conceitual a respeito da constituição do povo, como característica *sine qua non* para uma razão populista. Isso porque o autor aponta para a potência performativa de toda e qualquer demanda que, ao não ser satisfeita pelo sistema instituído, pode vir a articular-se discursivamente em um contexto antagônico, formando uma fronteira política. “Ele

[o caráter vazio dos significantes] simplesmente expressa o fato de que qualquer unificação populista ocorre em um espaço social radicalmente heterogêneo” (p. 157).

Para Laclau (2013), demandas sociais inscritas em uma totalidade institucional/diferencial, ao não serem atendidas pelo sistema, podem estabelecer entre si uma relação de equivalência – exatamente baseadas no fato de não terem suas exigências atendidas – a partir da formação de uma fronteira interna que separa as pessoas do sistema vigente. Nas palavras do teórico:

Temos, aqui, em embrião, uma configuração populista. Já dispomos de duas claras precondições do populismo: (1) a formação de uma fronteira antagonista interna separando o ‘povo’ do poder; e (2) uma articulação equivalente das demandas, que possibilitam a emergência do ‘povo’ (LACLAU, 2013, p. 124).

O próximo passo, na teoria de Laclau, para que se tenha um modo de construção social calcado na lógica da equivalência, é que essas demandas estejam não apenas unidas de maneira solidária, mas possam se articular a partir de um laço hegemônico. Uma dessas demandas – um significante vazio, pois que não possui *a priori* qualquer indício de que será eleito como representante da cadeia, sendo a inscrição das demandas populares uma operação contingente – é excluída da cadeia para cristalizar uma “certa identidade discursiva” (LACLAU, 2013, p. 150, grifo meu). O fato de a lógica política de Ernesto Laclau ser baseada em uma operação calcada pelo princípio de contingencialidade, abre precedentes para uma reflexão a respeito da instabilidade que permeia as relações entre as demandas sociais. O autor afirma: “Quanto aos dois pólos da dicotomia povo/poder, sua identidade e estrutura verdadeiras serão igualmente abertas à contestação e redefinição” (LACLAU, 2003, p. 10). Assim, a fronteira que separa as cadeias antagônicas passa a ser concebida aqui de maneira fluida, fazendo com que fronteiras políticas estejam “expostas a desestabilizações e transformações” constantes. Assim, “cada elemento discursivo seria submetido à pressão estrutural de tentativas de articulação contraditórias”. Os conteúdos particulares de significantes de um discurso popular “se tornam perfeitamente abertos para uma variedade de rearticulações equivalenciais” (LACLAU, 2003, p. 11). Esse processo, então, se traduz em um jogo de articulações para eleição de um novo signo político para representar uma cadeia equivalencial e redefinir as fronteiras antagônicas que a estruturam.

Como exemplo de mudança nas configurações de uma articulação hegemônica a partir da assunção de um novo signo político, Laclau refere-se à progressiva incorporação da estratégia populista ligada ao *New Deal* por parte dos conservadores norte-americanos nas décadas de 60 e 70 indicando como “na raiz de qualquer explosão populista e anti-institucional” encontra-se uma crise de representação. Assim, localizava-se uma insatisfação e ressentimento com os efeitos do que estava imposto pelo *establishment*, que foram

canalizados pela emergência de um discurso que prometia romper com a ordem instituída - configuração que foi encarnada pela emergência de um radicalismo de direita. Laclau analisa ainda que “toda a expansão do fascismo durante o período entre-guerras seria ininteligível sem referência à rearticulação, pela direita, de temas e exigências pertencentes à tradição revolucionária” (LACLAU, 2003, p. 11). Operações de rearticulação, portanto, podem ser “resultado do fato de que o regime opressivo se torna hegemônico, isto é, tenta interromper a cadeia de equivalência do campo popular por meio de uma cadeia alternativa de equivalências” (LACLAU, 2013, p. 197). Há, nesse contexto, uma certa autonomização dos significantes populares que deve ser levada em conta para pensarmos no caráter transitório de toda e qualquer estabilidade, bem como a operação de constante articulação de discursos radicais - que se erguem com maior expressividade em períodos de crise de representação.

Ao dizermos de representação, parece-nos importante lembrar as considerações freudianas a respeito da pulsão, uma vez que a introdução do inconsciente e da pulsão no campo dos discursos científico e filosófico “repousa sobre uma necessidade epistemológica”, pois “o acontecimento-Freud não é sem efeitos para a história da razão” (IANINNI, 2009, p. 26).

A pulsão se caracteriza por ser uma força constante (LACAN, [1964]/(2008)), e só se presentifica no psiquismo através de representações. Nas palavras de Moreira (2002), “a pulsão é irreduzível à dimensão homogênea e predeterminada da natureza, escapa à fixidez do biológico e, em termos econômicos, anuncia um excesso e um transbordamento de energia que precisa ser contido” (p. 96).

No texto “Pulsões e suas vicissitudes”, Freud ([1915]/(1996)) indica que a finalidade da pulsão é sempre a satisfação, que só pode ser obtida na eliminação do estado de estimulação na fonte da pulsão (sempre relacionada à um processo somático). A busca por representações psíquicas está ligada à tentativa de eliminar a tensão que a cota de afeto que circula no aparelho psíquico causa. A pulsão elege objetos para satisfazer-se, mas por ser uma força constante, sua satisfação total é da ordem do impossível. Por isso a pulsão está suscetível a vicissitudes. O processo de articulação das representações psíquicas pode servir para pensarmos a operação hegemônica, ou seja, a luta política na emergência de um elemento que dará coerência aos elos de uma cadeia equivalencial, pois trata-se dessa busca e eleição de objetos sempre incompletos. Nessa luta, Laclau (2003) nos lembra que “os discursos fundamentados nessa lógica articulatória podem começar de *qualquer* parte na estrutura institucional”, o que resulta em “movimentos de signos políticos inteiramente opostos” (p. 13).

A crise de representação que abalou as estruturas de poder vigentes a partir de mobilizações em massa no levante de junho de 2013 no Brasil pode ser lida como efeito da insistência da substância pulsional no tecido social. Se assim o é, vimos com Laclau e Freud, que a pulsão só se apresenta por representação, e daí advém a luta política traduzida como populismo, ou, constituição de identidades coletivas. Como se trata de um modelo de deslocamentos, a noção de significantes flutuantes é de enorme importância na apreensão dos processos políticos. Sugerimos neste trabalho refletir a respeito de como a ascensão de demandas diversas, cujas particularidades encontravam lugar no contexto de suposta horizontalidade, tiveram como correlato a pressão de projetos hegemônicos rivais. Pensamos como o antagonismo abstrato apresentado pelas demandas emergentes em relação ao poder vigente, de certa forma, convocou a organização da ala conservadora brasileira na luta hegemônica. Propomos a reflexão de que as demandas que emergiram no contexto das Jornadas de Junho de 2013 refletiram a produção de significantes flutuantes que provocariam deslocamentos das fronteiras internas da luta hegemônica.

Os significantes flutuantes nas manifestações de 2013, ou seja, aqueles cujo sentido estava “suspenso” (LACLAU, 2013, p. 198), encontraram uma espécie de vácuo político a ser preenchido. Assistimos à propulsão de uma extremidade até então “apaziguada” no cenário brasileiro, com uma força de articulação que desloca o jogo político no Brasil para a ascensão da ala conservadora, formação hegemônica que encontra fortes ressonâncias no passado recente de um Estado oligárquico de direito. Nesse Ínterim, como nos ensina Laclau (2003), é importante “apreender o padrão do processo de rearticulação” (p. 12). Assim,

(...) o Brasil repete o momento histórico mundial, quando vemos, de maneira cada vez mais clara, a política tendendo em direção aos extremos, depois do colapso da democracia liberal. Até agora, foi a direita que compreendeu isso mais rapidamente, sabendo deslocar-se sem muita dificuldade em direção ao extremo. Podemos imaginar dois cenários: um deles é a radicalização do autoritarismo do Estado brasileiro, em que seu poder já não esconde a ausência completa de legitimidade e seus expedientes de defesa de processos cada vez mais brutais de espoliação e de concentração. Em um horizonte de brutalização dos conflitos sociais e trabalhistas, não será surpresa para ninguém uma guinada final em direção a um autoritarismo ainda mais explícito (SAFATLE, 2017, p. 119).

O que as Jornadas de Junho de 2013 parecem nos ensinar é que é necessário pensar as articulações possíveis de uma parcela pulsional que não pode nunca ser completamente absorvida pelo regime discursivo sempre considerando em primeiro plano a contingencialidade que permeia as operações hegemônicas. Se os efeitos de um momento de crise representativa serão da ordem da articulação de um projeto mais emancipatório ou mais totalitarista, segue como sendo uma questão que considera a autonomia dos significantes, bem como a força articulatória de estratégias políticas antagônicas na construção de sempre novas fronteiras.

REFERÊNCIAS

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nova Sociedade**, vol. 2015, n. 2, p. 4-17, 2015.

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes (1915). In: FREUD, Sigmund. A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1915-1996.

IANINNI, Gilson de Paulo Moreira. **Estilo e Verdade**: Na perspectiva da crítica lacaniana à metalinguagem. 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: http://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/posgraduacao/defesas/2009_docs/2009.doc.gilson%20iannini.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de M.D. Magno. Texto estabelecido por Jacques Alain-Miller. Rio de Janeiro: Zahar, 1964-2008. (Campo freudiano no Brasil).

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. Populismo - o que existe num substantivo?. Tradução de Julio Jeha. **Margens**, p. 5-15, jul. 2003.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. **Figuras de alteridade no pensamento freudiano**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017.

RASOTO, Tályta Jacy. **Getúlio Vargas e o Populismo**. 2009. Monografia de Conclusão (Especialização em Sociologia Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David *et al.* **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Peschanski et al. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.